

## Senado aprova Ficha Limpa e reajuste para aposentados



Moreira Mariz

Manifestantes aplaudem, nas galerias, a aprovação do reajuste para aposentados, na mesma sessão em que o Plenário votou diversas matérias

■ Presos em regime semiaberto vão usar tornozeleira eletrônica **8**

■ MP remaneja R\$ 18 bilhões do Orçamento do ano passado **5**

■ Reajuste do salário mínimo é confirmado e vai a R\$ 510 **5**

■ Benefício a famílias de militares mortos no Haiti **5**

Os senadores da base governista e da oposição se uniram ontem para aprovar, por unanimidade, o projeto Ficha Limpa (com 76 votos) e o reajuste de 7,72% para as aposentadorias com valor acima de um salário mínimo (em votação simbólica). A decisão de votar o Ficha Limpa, embora a pauta estivesse obstruída, foi tomada por Marconi Perillo, na presidência dos trabalhos, depois de ouvir os líderes partidários. Marconi anunciou o envio do projeto à sanção presidencial, na expectativa de que as novas regras sejam aplicadas às eleições deste ano. A proposta que reajusta as aposentadorias e acaba com o fator previdenciário também foi encaminhada à sanção. Romero Jucá disse que Lula deverá vetar o fim do fator. **4 e 5**

### Margem ao governo para remanejar verbas do PAC

O governo poderá remanejar até 30% dos créditos suplementares destinados ao programa de obras prioritárias, decidiu a CMO. **3**

### Debate avalia participação estrangeira na aviação civil

Injeção de capital externo nas empresas aéreas e parcerias privadas para construir e modernizar aeroportos foram algumas das soluções discutidas. **7**

Cristina Gallo

### Marcha GLBT percorre a Esplanada dos Ministérios

Gays, lésbicas, bissexuais e transexuais de todo o país participaram ontem, na Esplanada, da 1ª Marcha Nacional contra a Homofobia. Os manifestantes foram até o Congresso, onde se discute projeto que criminaliza a homofobia. **2**



### Governo retira urgência para a criação da Petro-Sal

Anúncio foi feito pelo líder Romero Jucá. Acordo costurado entre partidos prevê calendário de votação dos outros projetos. **3**

### Uso de bens públicos por governante será crime

Político que utilizar prédios e veículos para promoção pessoal poderá responder por improbidade administrativa e crime de responsabilidade. **6**

Além da série de audiências públicas, que começa na próxima terça-feira, senadores vão visitar no Pará o local onde se pretende construir a usina hidrelétrica

## Subcomissão de Belo Monte agenda quatro debates

A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte aprovou ontem o plano inicial de trabalho apresentado pelo relator, senador Delcídio Amaral (PT-MS). A primeira de quatro audiências públicas propostas será realizada na terça-feira, a partir das 14h30.

O foco da discussão será a atual situação do setor elétrico, abordando a capacidade de geração instalada, o panorama do sistema de distribuição, a previsão de elevação da demanda e as medidas adotadas para atender às necessidades futuras.

O debate deve contar com a participação do ministro das Minas e Energia, Márcio Zimmermann; do presidente da Eletrobras, José Antonio Muniz Lopes; do diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp; e do presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim.

Segundo ressaltou Delcídio, a meta não só dessa audiência, mas das demais, é discutir tecnicamente o impacto da usina sobre a matriz energética brasileira, baseada fortemente (47%) na energia renovável.

— O objetivo é promover o contraditório com equilíbrio e espírito público — frisou o relator.



Relator, Delcídio Amaral diz que objetivo dos debates é promover o contraditório com equilíbrio e espírito público

A segunda audiência, em 1º de junho, detalhará o projeto de Belo Monte, incluindo temas como tecnologia empregada, geração de energia garantida, preço da obra, custo do megawatt e comparação com outras fontes geradoras de energia.

Os convidados para o debate são os diretores de Engenharia do Grupo Eletrobras e da Eletrobrás, Valter Luiz Cardeal de Souza e Adhemar Palocci, respectivamente; o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hübner; e dois acadêmicos com visões divergentes sobre a obra: Célio Bermann (contra) e Rogério de Cerqueira Leite (a favor).

Está marcada uma diligência em Altamira (PA) entre os dias 9 e 10 de junho. Além da vistoria ao local da obra, os senadores deverão debater os efeitos da obra sobre as populações e os 11 municípios paraenses atingidos pela barragem.

As duas últimas audiências estão programadas para 22 e 29 de junho. A primeira tratará de questões ambientais, com a descrição do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e os compromissos no setor assumidos pela União e pelo consórcio responsável pela obra. O presidente da subcomissão, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), sugeriu a participação do secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, José Antonio Coimbra.

Por fim, serão ouvidos representantes do governo e do consórcio responsável pela construção da usina sobre os compromissos sociais em prol dos municípios e das comunidades afetadas pela barragem.

Wolff Rodrigues



Três instituições mineiras dedicadas ao atendimento de portadores de deficiência visual receberão amanhã kits com livros sobre legislação

## Senado distribuirá publicações em braille na Bienal de Minas

A Escola Estadual São Rafael (Instituto São Rafael) atende a mais de 400 portadores de deficiência visual de todo o estado de Minas Gerais. A escola é uma das três entidades que receberão o kit braille do Senado em solenidade marcada para amanhã, às 16h, no estande da instituição na Bienal do Livro de Minas 2010.

Os usuários do instituto são atendidos em regime de internato (menores carentes vindos do interior), semi-internato (estudantes que frequentam o 1º grau e recebem outros atendimentos) e externato (os demais alunos). São oferecidos cursos dos ensinos fundamental e médio, serviço de ensino itinerante, orientação e mobilidade, oficinas pedagógicas e iniciação musical.

Outra entidade que receberá a doação do Senado é a seção braille da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. São

1.700 títulos impressos em braille, 1.200 títulos gravados em fita cassete e 200 títulos em CD. Mais de 300 leitores estão cadastrados para utilizar os serviços de empréstimo domiciliar.

A Associação de Cegos Louis Braille é a terceira beneficiária da doação. Suas principais atividades são doação de bengalas, óculos e regletes (prancheta utilizada para escrever em braille), encaminhamento para consultas e cirurgias oftalmológicas, promoção de cursos profissionalizantes e recolocação no mercado de trabalho.

A relação dos livros que o Senado doará é a seguinte: Constituição do Estado de Minas Gerais, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, Dicionário da Língua Portuguesa, Lei de Acessibilidade e Lei de Responsabilidade Fiscal, além de *O velho Senado*, obra de Machado de Assis.

## Senado implanta gestão unificada de pessoal

A Secretaria de Recursos Humanos do Senado concluiu, na semana passada, a implantação da Gestão Unificada de Pessoal do Senado Federal. A partir de agora, todos os servidores estão submetidos aos mesmos procedimentos e rotinas, independentemente do órgão de lotação. A mudança atende a determinação

do 1º secretário da Casa, senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

Antes da unificação, o processo de um servidor lotado na Gráfica do Senado, por exemplo, solicitando averbação de tempo de serviço seguia para o Serviço de Apoio Administrativo e Registros Funcionais. Se o processo fosse de um funcionário lotado no Proda-

sen, encaminhava-se ao Serviço de Recursos Humanos do Prodasen. Quando se tratava de um servidor do Senado, o processo era encaminhado para o Serviço de Direitos e Deveres. Com a unificação, todos os processos são instruídos pelo Serviço de Direitos e Deveres. O novo procedimento racionalizou rotinas administrativas.

Cristina Gallo



Manifestantes de todo o país participaram ontem da 1ª Marcha Nacional contra a Homofobia, que percorreu a Esplanada dos Ministérios e chegou ao Congresso Nacional. A marcha começou às 9h em frente à Catedral e foi encerrada no início da tarde, marcando

o fim da programação, que começou no domingo, com reuniões e debates. Na segunda-feira, foi realizado o seminário Fora do Armário, na Universidade de Brasília (UnB), e outro debate aconteceu na terça-feira, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Biomás nacionais

14h O Plenário do Senado analisa, entre outros itens da pauta, proposta de emenda à Constituição (PEC 32/08) que inclui a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

### CRE Embaixadas na Venezuela e na Tunísia

9h30 A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sabatina José Antonio Marcondes de Carvalho e Luiz Antonio Fachini Gomes, indicados para chefiar as embaixadas brasileiras na Venezuela e na Tunísia, respectivamente. Depois, os senadores decidem sobre convite aos ministros do Gabinete de Segurança Institucional e da Fazenda para que eles prestem esclarecimentos sobre suposto episódio de violação de sigilo fiscal de generais do Exército.

### Congresso Remanejamento do PAC

10h Na pauta, projeto que autoriza o Executivo a remanejar até 30% de recursos para o Programa de Aceleração do Crescimento.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

Para liberar as votações, o líder do governo solicitou ontem a retirada da urgência constitucional do projeto que cria a empresa

## Jucá anuncia votação da Petro-Sal para junho

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou ontem em Plenário a retirada da urgência do projeto que cria a Petro-Sal (PLC 309/09). O objetivo, disse ele, é destrancar a pauta.

Ao mesmo tempo, Jucá informou as datas das votações dos projetos do marco regulatório do pré-sal, conforme acordo de líderes que permitiu, também, a votação do projeto Ficha Limpa (PLC 58/10) em sessão extraordinária.

A ideia do parlamentar é utilizar o projeto que cria o Fundo Social (PLC 7/10) – que dispõe sobre estrutura e fontes de recursos – e inserir nele o regime de partilha para exploração das

reservas do pré-sal, desmembrando, assim, a distribuição dos *royalties*, tema que tem gerado divergências e é considerado “sensível” pelo governo para ser tratado durante o período eleitoral.

Dessa forma, o PLC 16/10, conhecido como o do “regime de partilha”, perde a urgência, passa a tramitar normalmente, e seu objeto passa a ser a distribuição de *royalties* entre estados e municípios produtores e não produtores de petróleo.

Jucá assinalou que, com a retirada da urgência da proposta da Petro-Sal, mesmo que persistam divergências, a oposição não precisará manter o processo de obstrução das últimas semanas e

as eventuais discordâncias poderão ser resolvidas no voto.

– Esse é o compromisso com a oposição: não haverá obstrução, não haverá retardos. A oposição irá disputar no voto, nós vamos ter posições divergentes, mas haverá nessa data pactuada as votações definidas. Esse é o acordo – disse.

### Datas

O líder do governo anunciou as seguintes datas para a votação dos três projetos do marco regulatório do pré-sal considerados prioritários para o governo: no dia 8 de junho, os parlamentares deverão examinar o projeto do Fundo Social. No dia 9, o PLC 8/10, que trata



Gerardo Magela

Romero Jucá anuncia também que *royalties* serão tratados depois das eleições

da capitalização da Petrobras. No dia 16, o PLC 309/09, que autoriza o Poder Executivo a

criar a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Petro-Sal.

## CMO aprova remanejamento de até 30% das dotações do PAC

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem projeto que autoriza o Executivo a remanejar até 30% dos créditos suplementares destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A Lei Orçamentária deste ano permite a livre movimentação de até 25% do valor individual das obras do programa.

A proposta (PLN 3/10) deverá ser votada hoje pelo Congresso Nacional, assim como três projetos destinando crédito aos ministérios da Agricultura (R\$ 90 milhões), da Ciência e Tecnologia (R\$ 24,3 milhões) e do Turismo (R\$ 442,7 milhões).

Foram designados pela CMO os membros dos comitês permanentes da comissão. O senador Antônio Carlos Valadares

(PSB-SE) coordenará o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária.

### Obras irregulares

A comissão realiza na quarta-feira, às 14h, audiência pública com a presença do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Ubiratan Aguiar, e o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage.

Eles prestarão esclarecimentos sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011, na parte referente ao capítulo das obras com indícios de irregularidades graves. O debate foi requerido pelo senador Tião Viana (PT-AC), relator do projeto.

## Emenda de Camata distribui 5% do petróleo do pré-sal entre estados

Gerson Camata (PMDB-ES) anunciou a apresentação de emenda ao projeto de lei da Câmara (PLC 16/10) que trata do marco regulatório da exploração do petróleo do pré-sal.

O senador explicou que a Constituição não permite a distribuição dos *royalties* pagos a estados, Distrito Federal e municípios como compensação financeira pela exploração de recursos minerais. Diante disso, sua emenda estabelece que 5% do petróleo do pré-sal, e não dos *royalties*, seja dividido entre estados, Distrito Federal e municípios. Essa divisão seguiria os critérios estabelecidos pela emenda do deputado Ibsen Pinheiro



Gerardo Magela

Gerson Camata

(PMDB-RS), aprovada na Câmara.

– O *royalty* não pode ser dividido, ele é do estado ou do município produtor. Já o petróleo é todo da União.

Camata ressaltou que os *royalties* pagos ao Espírito San-

to visam indenizar o estado com os custos de infraestrutura para abrigar os mais de 40 mil novos trabalhadores que foram para lá em empregos gerados pela exploração do petróleo.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) disse que Minas Gerais é a “caixa d’água do país”, ao abrigar represas responsáveis pela geração de 42% da energia brasileira, mas recebe muito pouco por isso.

## Congresso vota R\$ 442 milhões para o turismo

Uma sessão conjunta do Congresso marcada para hoje, às 10h, no Plenário da Câmara, deverá votar projetos de lei que tratam de créditos especiais e suplementares do orçamento deste ano para ministérios e órgãos públicos, um dos quais destinado ao Ministério do Turismo.

O Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 1/10, que consta da pauta, abre ao Orçamento fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo, crédito suplementar de R\$ 442,7 milhões, a serem aplicados em projetos de infraestrutura turística.

A matéria recebeu parecer favorável do relator na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Édio Lopes (PMDB-RR), aprovado pelo colegiado.



Waldemir Borretto

Membros da Comissão de Orçamento também examinaram créditos a ministérios

## Participação popular na votação do Orçamento será incentivada

Proposta que incentiva a participação direta dos cidadãos ou de entidades da sociedade civil na elaboração, aprovação e controle da execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e das leis orçamentárias anuais foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 171/05 – Complementar) prevê que a participação popular será incentivada pelo Executivo e pelo Legislativo, mediante realização de audiências públicas precedidas de ampla divulgação, e ainda

de recepção de propostas de iniciativa popular.

O autor do projeto (que sofreu modificações), senador Pedro Simon (PMDB-RS), observa que em vários países desenvolvidos a elaboração e a aprovação do Orçamento contam com a participação de grande parcela da população, mas no Brasil apenas alguns segmentos – parlamentares, administradores e especialistas ligados à área financeira – dão importância a esse processo.

A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A passagem do Dia de Luta Antimanicomial foi destacada, ontem, por Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador disse que a oportunidade é útil para avaliar quais os princípios que devem nortear as políticas de saúde mental. Suplicy destacou artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em que os professores Jair Mari e Graham Thornicroft afirmam que nenhum sistema de saúde mental pode funcionar sem que haja a disponibilidade de leitos suficientes para acolher o paciente em crise. Outro princípio fundamental, segundo eles, é a garantia dos direitos dos indivíduos com transtornos mentais, como cidadãos, a autodeterminação e a autonomia.

Na opinião de Rosalba Ciarlini (DEM-RN), é preciso uma grande mobilização para acabar com o analfabetismo. Para a senadora, não existe escravidão maior do que não ter direito ao saber e ao conhecimento. Rosalba observou que o analfabetismo alcança 20% da população do Nordeste e disse que não adiantam todas as ações de desenvolvimento incentivadas pelo governo se não houver um investimento no desenvolvimento social, que passa obrigatoriamente pela educação. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse, em aparte, que não há uma política séria de governo que valorize o professor e ofereça escolas públicas devidamente equipadas e estruturadas.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) criticou decisão do deputado federal Marcelo Ortiz (PV-SP) – relator da Medida Provisória 472/09 – de rejeitar emenda à MP regulamentando determinação constitucional que transfere para os quadros da União os servidores do ex-território de Rondônia. Segundo Raupp, o relator, que integra a base governista na Câmara, teria seguido a orientação do líder do governo naquela Casa, Cândido Vaccarezza (PT-SP). Raupp defendeu a derrubada do destaque do relator. – Estamos em vigília em relação a esse destaque, em contato com os líderes e com a Casa Civil.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cumprimentou ontem os defensores públicos pelo transcurso do seu dia. O senador explicou que o dia 19 de maio foi escolhido em homenagem ao francês Ivo de Kemartin, que morreu em 19 de maio, em 1303. Santo Ivo, atualmente o padroeiro dos advogados, se dedicava a defender nos tribunais os pobres, órfãos e viúvas e, 44 anos após sua morte, foi canonizado. Mozarildo lamentou que nem todos os estados tenham defensores públicos em número necessário e elogiou a Defensoria Pública de Roraima. Em apartes, José Nery (PSOL-PA) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) cumprimentaram os defensores.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a chamada Operação Delta, realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Secretaria do Meio Ambiente do Pará (Sema), que vem cobrando multas e embargando empresas exportadoras de madeira sob a alegação de que elas não estariam fazendo o adequado controle de seus fornecedores. Segundo o parlamentar, o Ibama e a Sema não teriam colocado na internet o cadastro das empresas fornecedoras no sistema de controle de compra e venda, como determina uma portaria do Ministério do Meio Ambiente desde julho de 2008.

Gilvam Borges (PMDB-AP) registrou seu retorno ao Senado após sofrer um acidente de barco no litoral do Amapá, há alguns dias. O senador iria visitar uma comunidade isolada para discutir a implantação de um projeto de fornecimento de água, mas ele e sua equipe acabaram encahalados em um ponto do rio. Após algumas horas avistaram uma luz distante, mas antes de alcançar a margem, uma onda de três metros provocou o naufrágio da embarcação. O senador acabou sendo resgatado 12 horas depois. – Se tivéssemos nos distanciado do oceano afora, teríamos sido tragados pelas ondas gigantes e talvez não tivesse retornado a essa Casa – afirmou Gilvam.

**Veja o que o projeto muda na lei**

Quadro comparativo entre o PLC 58/10 (Ficha Limpa) e a legislação em vigor (Lei Complementar 64/90)

Projeto Ficha Limpa	Legislação em vigor
O período de inelegibilidade é de <b>oito anos</b> para todos os casos previstos (desde que a decisão seja transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado).	O período de inelegibilidade varia de <b>três a oito anos</b> , dependendo do caso. Também varia a exigência de sentença transitada em julgado e de decisão colegiada.
Ficam inelegíveis os que praticarem crimes dolosos contra a <b>economia popular, a administração pública, o patrimônio privado, o meio ambiente.</b>	São inelegíveis os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, por tráfico de entorpecentes e crimes eleitorais.
Ficam inelegíveis os que praticarem <b>crimes eleitorais</b> (compra de votos, fraude, falsificação de documento público) e forem condenados à prisão.	
Ficam inelegíveis os que praticarem crimes de <b>abuso de autoridade</b> , nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à proibição para o exercício da função pública.	
Ficam inelegíveis os que praticarem os seguintes crimes: <b>lavagem ou ocultação</b> de bens, direitos e valores; <b>tráfico</b> de entorpecentes e drogas afins; <b>racismo; tortura; terrorismo; crimes hediondos</b> ; prática de <b>trabalho escravo</b> ; crimes contra a <b>vida e a dignidade sexual</b> ; e delitos praticados por <b>organização criminosa, quadrilha ou bando.</b>	
Ficam inelegíveis os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário.	São inelegíveis os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário.
Ficam inelegíveis os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional que praticarem <b>abuso de poder</b> econômico ou político em benefício próprio ou de terceiros. A inelegibilidade é para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos oito anos seguintes.	São inelegíveis os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político apurado em processo, com sentença transitada em julgado, para as eleições que se realizarem nos três anos seguintes ao término do seu mandato ou do período de sua permanência no cargo.
Ficam inelegíveis o presidente da República, governadores, prefeitos e parlamentares que <b>renunciarem</b> a seus mandatos – desde o oferecimento de representação ou petição para abertura de processo pelo fato de infringirem a Constituição e as leis orgânicas de estados, municípios e Distrito Federal – para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura.	Como não consta tal proibição na lei, os políticos renunciam ao mandato antes de ser instaurado o processo de cassação, evitando, com isso, a inelegibilidade.
Ficam inelegíveis os que forem condenados por ato doloso de <b>improbidade administrativa</b> que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.	
Ficam inelegíveis os condenados pelo fato de terem desfeito ou simulado desfazer <b>vínculo conjugal</b> ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade	De acordo com a lei em vigor, já são proibidas as candidaturas de cônjuges para os cargos de prefeito, governador e presidente da República. Também são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do presidente da República, dos governadores e prefeitos ou de quem os tenha substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
Ficam inelegíveis os que tenham sido excluídos do exercício da profissão por decisão de órgão profissional competente, em decorrência de <b>infração ética e profissional.</b>	
São inelegíveis os que tenham sido <b>demitidos do serviço público</b> em decorrência de processo administrativo ou judicial.	
Ficam inelegíveis pessoas e dirigentes de empresas responsáveis por <b>doações eleitorais ilegais.</b>	
Ficam inelegíveis magistrados e membros do Ministério Público <b>aposentados compulsoriamente</b> ou que tenham perdido o cargo devido a exoneração por processo administrativo disciplinar.	

# Em sessão histórica, Senado aprova o Ficha Limpa e garante reajuste de 7,72% para as aposentadorias

Um acordo de lideranças costurado desde a terça-feira permitiu a aprovação pelo Senado, ontem em sessão extraordinária, do projeto que exige ficha limpa de candidatos a cargos eletivos e da medida provisória que reajusta em 7,72% as aposentadorias superiores a um salário mínimo, além de extinguir o fator previdenciário a partir de 2011. O acordo incluiu a retirada, pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), do pedido de urgência na votação dos projetos que criam o marco regulatório do pré-sal (*leia mais na página 3*). Além disso, o 1º vice-presidente da Casa, Marconi Perillo, acatou questão de ordem do líder do PSDB, Arthur Virgílio, e deu prioridade de votação ao projeto Ficha Limpa.

## Decisão de Marconi, apoiada pelo Plenário, garantiu a votação

“Parabéns ao povo brasileiro”, disse o 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), ao anunciar a aprovação unânime do projeto Ficha Limpa. O resultado (76 votos favoráveis e nenhum contrário) marcou o desfecho de uma luta de 1,6 milhão de brasileiros que colocaram suas assinaturas numa iniciativa popular do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

O projeto, que altera a Lei das Inelegibilidades (64/90), barra candidaturas de políticos condenados em decisão colegiada pela prática de crimes como corrupção, abuso de poder e compra de voto, entre outros. Também obriga a Justiça eleitoral e o Ministério Público a darem prioridade aos processos envolvendo políticos.

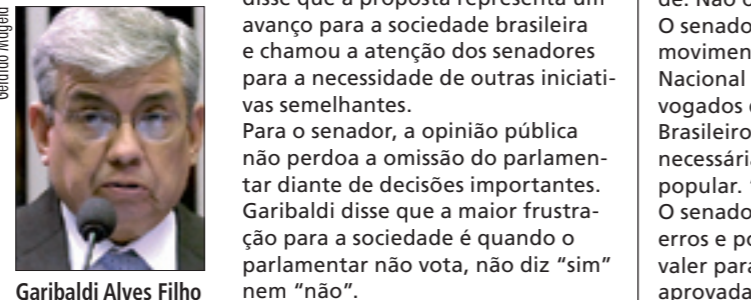
À noite, Marconi anunciou ao Plenário o envio do PLC 58/10 à sanção presidencial, na expectativa de que as novas regras sejam aplicadas às eleições deste ano.

Durante a votação, acompanhada pelo relator do projeto na Câmara, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), mi-



Demostenes Torres apresenta relatório favorável ao projeto, em reunião da CCI

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) manifestou a sua expectativa de que as medidas previstas no projeto Ficha Limpa possam entrar em vigor já para as eleições deste ano. Ele disse que a proposta representa um avanço para a sociedade brasileira e chamou a atenção dos senadores para a necessidade de outras iniciativas semelhantes.



Garibaldi Alves Filho

Para Pedro Simon (PMDB-RS), o Brasil viveu ontem “um dia histórico”, com a aprovação do Ficha Limpa pelo Senado. – Hoje termina o Brasil conhecido como o país da impunidade. Não o será mais – afirmou. O senador disse que, para mudar, a sociedade tem que se movimentar. Simon enalteceu a atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que organizaram a coleta de assinaturas necessárias para apresentar o projeto de lei de iniciativa popular. “Conseguiram um milagre lá na Câmara”, afirmou. O senador disse ainda que o projeto aprovado traz muitos erros e poderia ter sido melhorado pelo Senado. Mas, para valer para as próximas eleições, a proposta teve que ser aprovada sem alterações, explicou.



Paulo Paim ergue os braços e é cumprimentado pelos outros senadores, depois que o Plenário aprovou a medida provisória que reajusta em 7,72% os benefícios da Previdência com valor acima de um salário mínimo

## Aprovação resgata imagem do Congresso, afirmam senadores

Vários senadores elogiaram o projeto Ficha Limpa em Plenário. Para Marco Maciel (DEM-PE), a aprovação da iniciativa popular “inicia um período em que o Congresso estará mais próximo da sociedade” e produz “um grande resgate ético”. Marina Silva (PV-AC) considerou democrático e necessário o uso do “constrangimento ético” por parte da mídia e de organizações da sociedade para pressionar os parlamentares.

José Agripino (DEM-RN) observou que “a indignação nacional foi ouvida” e destacou um dos artigos da proposta, que aumenta de três para oito anos o período de inelegibilidade. Almeida Lima (PMDB-SE) criticou o Judiciário por demorar em seus julgamentos, permitindo que pessoas acusadas, mas sem condenação, se candidatassem nas eleições.

Segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), é “o início da reedificação da credibilidade do Congresso perante a sociedade”. Mas ele advertiu que, se o projeto não valer para as eleições de outubro, “haverá muita frustração dos eleitores”. Para Patrícia Saboya (PDT-CE), “é uma prova de que o Congresso pode dar a volta por cima e contar novamente com a credibilidade perante o povo”.

## Aposentadorias são reajustadas em 7,72% e fator previdenciário é extinto

A aprovação do PLV 2/10, que reajusta em 7,72% as aposentadorias e pensões da Previdência Social acima de um salário mínimo e acaba com o fator previdenciário, imediatamente deu lugar às comemorações dos aposentados que ocupam as galerias do Plenário. A decisão vai à sanção do presidente Lula.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), relator do projeto, considerou “uma irresponsabilidade com o futuro do país” acabar com o fator previdenciário e não criar uma contrapartida.

– Não abrimos mão do fator previdenciário – declarou. Entretanto, atendendo a apelos dos senadores para não atrasar a tramitação do PLV, cuja validade se encerra em junho, apresentou voto pela aprovação, alertando para a possibilidade de veto do presidente ao fim do fator previdenciário.



Marconi Perillo (C), vice-presidente, preside as votações: galerias comemoraram resultados

## Confirmado reajuste do salário mínimo de R\$ 465 para R\$ 510

Depois do Ficha Limpa, os senadores confirmaram o aumento do salário mínimo de R\$ 465 para R\$ 510, em vigor desde janeiro, com a aprovação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/10, proveniente da Medida Provisória (MP) 474/09. O reajuste de 9,67% inclui a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de fevereiro a dezembro de 2009, e a variação do produto interno bruto (PIB) de 2008 em relação a 2007 (5,64%).

Na Câmara, uma emenda removeu a vinculação do aumento, a ser dado neste ano, ao crescimento do PIB, que em 2009 foi negativo (- 0,2%). A proposta (PLC 4/10), apresentada pelo Poder Executivo, será enviada à sanção presidencial. O projeto prevê também a concessão de uma bolsa especial no valor de R\$ 510 para custeio da educação formal dos dependentes – limitada à idade máxima de 24 anos para os que fazem curso superior.

## Paim faz paralelo entre escravo e aposentado

Antes da votação do reajuste das aposentadorias, o senador Paulo Paim (PT-RS) comparou a situação dos aposentados à dos escravos. “As chibatadas da escravidão foram substituídas hoje pelo cálculo da expectativa de vida, da idade, do tempo de contribuição”, os quais geram um redutor nos proventos que, em alguns casos, chega a 50%, afirmou.

Enquanto 10 milhões de escravos saíram da África, os aposentados no Brasil somam 8,6 milhões, comparou o senador. Na travessia do Atlântico, 4 milhões de escravos morreram de fome, frio e doenças. Hoje, muitos aposentados morrem de fome, de frio e de falta de remédio, disse.

Os escravos eram forçados a trabalhar e hoje inúmeros aposentados, que tiveram um corte na renda mensal, precisaram voltar ao trabalho, mesmo sem

## Oposição vota contra MP que libera R\$ 18,1 bi

O Senado aprovou ontem a Medida Provisória 477/09, que abre crédito extraordinário de R\$ 18,1 bilhões a ministérios e empresas estatais no Orçamento de 2009, a maior parte a ser aplicada em despesas de custeio e investimento em infraestrutura. A MP também reduz o orçamento de investimento de diversas empresas em R\$ 5,7 bilhões.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou voto contrário ao do relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o qual era pela derrubada da medida provisória, e obteve a sua aprovação, com os votos da maioria governista.

Azeredo argumentou que só é admissível a abertura de crédito extraordinário por meio de medida provisória quando os recursos se destinarem a despesas imprevistas e urgentes, o que não é o caso daquelas indicadas na MP 477/09. Ele citou decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) – no caso de uma ação direta de inconstitucionalidade – de que não cabe medida provisória para esse tipo de despesa.

Os dependentes dos 18 militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro deste ano no Haiti receberam um auxílio especial de R\$ 500 mil por militar, conforme projeto aprovado ontem pelo Plenário. A proposta (PLC 4/10), apresentada pelo Poder Executivo, será enviada à sanção presidencial. O projeto prevê também a concessão de uma bolsa especial no valor de R\$ 510 para custeio da educação formal dos dependentes – limitada à idade máxima de 24 anos para os que fazem curso superior.

Vai à sanção presidencial projeto de lei da Câmara (PLC 318/09) aprovado ontem pelo Plenário do Senado que cria cem cargos de procurador do Banco Central no quadro de pessoal da instituição.

De acordo com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, o número de cargos de procurador do Banco Central permanece o mesmo desde 1998, apesar das alterações legais, regulamentares e administrativas que impuseram novos encargos à instituição e ampliaram as atribuições de sua procuradoria-geral.

Projeto (PLC 6/10) que reajusta os salários de servidores da Câmara dos Deputados e promove ajustes no plano de carreira dos seus funcionários foi aprovado ontem pelo Senado. O relator, Marconi Perillo (PSDB-GO), argumentou que desde 2006 os servidores da Câmara não têm aumento salarial. Logo após a votação, Francisco Dornelles (PP-RJ) e Gim Argello (PTB-DF) pediram a aprovação do plano de carreira para os servidores do Senado. O 1º secretário da Mesa, Heráclito Fortes (DEM-PI), porém, explicou que não há consenso entre os senadores sobre o plano.



Pedro Simon e Paulo Paim conversam na sessão de ontem do Plenário

Proposta considera ato de improbidade administrativa e crime de responsabilidade a utilização por governantes de propriedades do governo para fins políticos e eleitorais



Cristiano Gallo

Com a sala lotada por causa da votação do Ficha Limpa, CCJ aprovou ontem outro projeto que moraliza a política nacional

## Uso de bens públicos para promoção pessoal vira crime

O USO DE edifícios e veículos públicos para promoção pessoal poderá ser considerado ato de improbidade administrativa e crime de responsabilidade. É o que determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo, que agora será enviado para análise da Câmara dos Deputados.

O PLS 512/09, proposto pelo então senador Flávio Torres (PDT-CE), modifica três leis para tipificar o novo crime: a de Crime de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92); a

de Crime de Responsabilidade (Lei 1.079/50); e a de Crime de Responsabilidade para prefeitos e vereadores, alterada pelo Decreto-Lei 201/67.

Na justificativa de seu projeto, o ex-senador pelo Ceará disse que a ideia é "coibir o uso da máquina e dos bens públicos para promoção pessoal".

Ao apresentar parecer favorável à proposta, o relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), lembrou que o projeto reforça e concretiza o princípio constitucional da impessoalidade dos atos da administração pública.

### Constituição

Pelo artigo 37 da Constituição, a administração pública direta e indireta dos poderes da União, estados, Distrito Federal e municípios deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A publicidade de programas, obras e demais ações de órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo e de orientação social, não podendo conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

## Desempregado isento de taxa de inscrição em concurso

Candidatos a concursos públicos federais que estiverem desempregados poderão ser dispensados do pagamento das taxas de inscrição, conforme projeto (PLS 76/04) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) aprovado ontem pela CCJ. Desemprego é sinônimo de falta de rendimentos, destaca o senador, para o qual as taxas de inscrição nos concursos para cargos de melhor remuneração são caríssimas.

Para o relator, senador Hélio Costa (PMDB-MG), "não é justo que obstáculos de natureza financeira dificultem a participação de qualquer cidadão nesses certames." A medida proposta por Crivella, acrescenta, "mostra-se adequada para fomentar a resolução de um problema social de extrema gravidade, facilitando a retomada de uma atividade produtiva para cidadãos que tenham suas perspectivas profissionais reduzidas pelo desemprego".

## CCJ autoriza a criação de 301 novos cargos para três TRTs

Em decisão terminativa, a CCJ aprovou a criação de 301 novos cargos para os tribunais regionais do trabalho (TRTs) da 24ª Região, em Campo Grande; da 19ª Região, em Maceió; e da 3ª Região, em Belo Horizonte.

Foram aprovadas 72 vagas para o quadro de efetivos do TRT de Campo Grande, dos quais 47 de analista judiciário e 25 de técnico judiciário. Em seu parecer favorável ao projeto (PLC 50/10), o relator, Valter Pereira (PMDB-MS), observou que é preciso solucionar a carência de pessoal naquele TRT, melhorando o atendimento aos usuários.

Para o TRT de Maceió, foram aprovados 28 novos cargos efetivos (11 analistas judiciários e 17 técnicos judiciários). Já o TRT de Belo Horizonte deverá ganhar 200 novos cargos a serem preenchidos por concurso público (150 analistas e 50 técnicos).

## Ministério diz que contratos com a Anca foram regulares

Os contratos firmados com a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) foram totalmente regulares, desde o processo seletivo até a fase de execução, segundo afirmou ontem o secretário nacional substituto de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Crispim Moreira.

A declaração foi feita na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que realizou audiência pública para apurar irregularidades nos contratos de repasses de recursos da União a entidades agrárias.

A CPI do MST também ouviu ontem a diretora do Departamento de Apoio à Gestão Participativa do Ministério da

Saúde, Ana Maria Costa, que falou sobre a não aprovação da prestação de contas da Anca em convênio firmado com o ministério.

De acordo com Ana Maria Costa, a reprovação das contas da Anca se deu pelo descumprimento de exigências legais relativas à comprovação de gastos, bem como pela não aplicação no sistema financeiro dos recursos públicos recebidos, dando margem a perdas inflacionárias.

Em março de 2009, o então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, criticou os repasses de recursos federais para a Anca e outras organizações agrárias, alegando que poderiam beneficiar o MST ao financiar as invasões de terra promovidas pela movimento.



Almeida Lima (E) preside reunião em que Crispim Moreira presta depoimento

## Indenização em favor da UNE é aprovada e pode ir à sanção

Projeto aprovado em decisão terminativa pela CCJ ontem determina que o Estado brasileiro pague indenização à União Nacional dos Estudantes (UNE) pelo incêndio que destruiu, em 1º de abril de 1964, a sede da entidade, no Rio de Janeiro. O projeto (PLC 19/10) é do governo e deve seguir agora à sanção presidencial, salvo se houver recurso para que passe antes em Plenário.

A proposta reconhece a responsabilidade do Estado pelo incêndio, avaliado como uma ação proposital em resposta à resistência da UNE ao golpe militar que destituiu o presidente João Goulart. Na análise da proposta, o relator, senador Marco Maciel (DEM-PE), destaca que a indenização a ser paga

será utilizada na reconstrução da sede, na praia do Flamengo. O que restou do prédio invadido e incendiado foi totalmente demolido em 1980.

O relator recomenda cautela na definição do valor final e liberação dos recursos atrelada a cronograma de obra. Como observa, um dos artigos estabelece que o montante a ser pago pode ser de até seis vezes o valor do terreno que abrigava o prédio.

O senador argumenta que, nessas bases, o teto pode chegar a R\$ 30 milhões. No entanto, a construção pode sair a custo abaixo desse valor-limite, já que, no processo vindo da Câmara, consta a informação de que R\$ 15 milhões seriam suficientes para bancar a obra.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marconi Perillo • Paulo Paim • Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## Projeto de lei muda prazo para retenção de carteira de motorista

Quem dirigir veículo de categoria diferente para a qual está autorizado ou ainda entregar a direção ou permitir a condução de veículo por pessoa com problemas na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) só poderá ter o documento retido por, no máximo, 30 dias úteis. Tal limite, que deverá ser incluído no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em turno suplementar e decisão terminativa.

A medida foi a saída encontrada pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para conciliar projeto de lei da Câmara (PLC 172/09) que defendia o fim

do recolhimento da CNH nesses casos e nota técnica da Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades, contrária à proposta.

Relator da proposta na CCJ, Azeredo deu razão à queixa do autor do projeto, deputado Celso Russomano (PP-SP), de que a autoridade de trânsito poderia reter a habilitação desses motoristas infratores por prazo indeterminado. Por outro lado, considerou justo o argumento do governo de que a retenção da CNH é necessária para apurar se o condutor é reincidente nesses tipos de infração no prazo de um ano. Nesta hipótese, o CTB determina que a habilitação seja cassada.

## Novas regras para dados armazenados eletronicamente

Foi aprovado ontem pela CCJ, em primeiro turno, projeto do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que altera o Código de Processo Civil (CPC) para dar tratamento jurídico diferenciado às informações armazenadas em meio eletrônico, distinguindo-as das provas que consistem em coisas ou documentos.

A proposta (PLS 231/07) introduz uma ressalva ao dever processual de exibir coisa ou documento quando a informação em questão estiver armazenada eletronicamente. O relator da matéria, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), afirma que tal ressalva é necessária porque, atualmente, o CPC permite aos juízes exigir que uma das partes num processo apresente docu-



Antônio Carlos Valadares propõe alteração no Código de Processo Civil

mentos ou coisas que estejam em seu poder. Ele argumenta que, como o atual CPC foi instituído em 1973, "não se destinava a atender exigências de natureza eletrônica". Além disso, Colombo observa que a não exibição das informações pode resultar em presunção de culpa e autoriza o juiz a admitir como verdadeiras as acusações da parte contrária. O projeto terá de ser votado novamente pela CCJ.



Sérgio Zambiasi é o autor do projeto, aprovado ontem pela CCT

## Certificação eletrônica de livro empresarial

O Código Tributário Nacional poderá permitir a conservação em meio eletrônico dos livros obrigatórios de escrituração empresarial e fiscal e dos comprovantes de lançamentos neles efetuados. A proposta, aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), prevê que as cópias arquivadas em meio eletrônico tenham valor de documento original.

Autor do projeto (PLS 461/09 – Complementar), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) diz que se trata simplesmente de cópia autenticada de documento já corporificado fisicamente no papel, realizada por um notário.

## Radares não poderão ser pagos com a receita de multas

Empresas privadas contratadas pelo governo para operar sistemas de fiscalização de trânsito – como os chamados pardais, por exemplo – não poderão ser pagas com receita obtida da aplicação de multas. É o que prevê proposta aprovada ontem pela CCJ e que agora vai à análise do Plenário.

O objetivo principal, segundo o relator da matéria na CCJ, senador César Borges (PR-BA), é eliminar uma prática disseminada principalmente na fiscalização de trânsito, por meio de contratos administrativos que remuneram as empresas com um percentual sobre o valor das multas aplicadas.

Autor do PLC 117/05, o deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO) diz que há um acúmulo de motoristas "severamente punidos por extrapolarem em poucos quilômetros o limite de velocidade das vias públicas, não por se pretender educar os infratores, mas para engordar os cofres de concessionárias".

Para o deputado, torna-se claro, nesse caso, que o objetivo final não é a redução da violência no trânsito, mas o favorecimento indevido de particulares.

Participantes de audiência sobre aviação civil dizem que a limitação de investimento estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras pode estar impedindo o crescimento do setor



Fernando Soares, Fabiana Todesco, Neuto De Conto, Solange Paiva Vieira e Ronaldo Jenkins (D) em audiência na CDR

## Especialistas querem mais capital estrangeiro na aviação

O AUMENTO DA participação de capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras poderá contribuir para a solução de problemas relacionados à segurança e à infraestrutura aeroportuária, especialmente no que diz respeito à aviação regional. Essa foi a opinião manifestada pelos participantes de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Durante o debate, requerido por Roberto Cavalcanti (PRB-PB), convidados pediram a aprovação do projeto (PLS 184/04) que prevê elevação de 20% para 49% na participação de estrangeiros no capital de empresas aéreas nacionais. A proposta foi aprovada pelo Senado em novembro de 2009

e aguarda decisão da Câmara, informou a secretária de Aviação Civil do Ministério da Defesa, Fabiana Todesco. Ela explicou que a Câmara estuda a proposta em comissão especial criada para reformular as normas que regulam o setor aéreo. Outra proposta em exame na comissão especial, ressaltou, são os projetos de lei que visam reduzir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) incidente sobre o querosene de aviação. Em sua avaliação, tal redução no imposto vai diminuir custos e viabilizar as operações das companhias aéreas.

Já Fernando Soares, diretor do Departamento de Política de Aviação Civil, da Secretaria de Aviação Civil, diz que a limitação

de investimento estrangeiro nas empresas aéreas impede o crescimento do setor.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o setor poderá ser beneficiado também com a aprovação de projeto de sua autoria (PLS 130/01), já aprovado pelo Senado e aguardando decisão da Câmara. A proposta inicial, explicou Mozarildo, previa a criação de um adicional ao preço das passagens aéreas das linhas domésticas não suplementadas para investimento em linhas aéreas na Amazônia. O projeto, que recebeu alterações para beneficiar também outras regiões, disse o senador, exige que pelo menos um dos destinos seja classificado como de baixo ou médio potencial de tráfego.

## Anac defende aumento de investimentos privados

A diretora-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Solange Paiva Vieira, defendeu investimento privado na construção de aeroportos no país. Ela informou que o modelo de concessão já foi elaborado pela agência e, agora, está sendo analisado em conjunto com os ministérios da Justiça e da Defesa.

– Se podemos ter aeroportos com investimento privado, é uma opção que deveria ser aproveitada – disse a diretora.

Solange Paiva Vieira lembrou que a Anac não é responsável pela infraestrutura ou gestão dos aeroportos (que cabe à Infraero), mas pode pressionar o

gestor a realizar obras.

Ao senador César Borges (PR-BA), que reclamou sobre a interdição de cerca de 20 aeroportos pequenos e médios na Bahia, Solange explicou que a Anac "endureceu" a fiscalização para preservar a segurança dos cidadãos e atendendo a padrões internacionais. A agência inter-

ditou mais de 100 aeroportos no ano passado.

Já o diretor técnico do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, Ronaldo Jenkins de Lemos, alertou para o que apontou como um dos mais sérios problemas da segurança aeroportuária: o risco de colisão com pássaros.



César Borges (D) cobrou explicações da Anac sobre a interdição de 20 aeroportos na Bahia

## Governo poderá doar três aviões ao Paraguai

O combate ao tráfico de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas transnacionais é um dos motivos para a doação, pelo governo brasileiro, de três aviões T-27 Tucano à Força Aérea do Paraguai. A autorização para que as aeronaves sejam transferidas foi aprovada ontem pela CCJ. Como o projeto (PLC 21/10) já foi aprovado pelos deputados e a decisão na CCJ foi

terminativa, vai agora à sanção presidencial.

O relator, o líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR), informa que as aeronaves serão doadas no estado em que se encontram e que as despesas com o traslado correrão por conta do governo paraguaio. Jucá destaca outros argumentos do governo em favor da doação, além da perspectiva do aumento da

vigilância nas fronteiras: a medida será mais benéfica que uma eventual venda das aeronaves e ajudará no aprofundamento da cooperação militar entre Brasil e Paraguai e no fortalecimento do Mercosul.

A operação, livre de ônus aos cofres públicos, salienta Jucá, está inserida em acordo firmado com o Paraguai e em vigor desde 2002.

Aprovado projeto que prevê uso de pulseira ou tornozeleira eletrônica para quem cumpre pena em regime aberto. Mecanismo indica distância, horário e localização do usuário

## Condenados a regime aberto terão supervisão eletrônica

O PLENÁRIO APROVOU ontem substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado (PLS 175/07) que permite a monitoração eletrônica do condenado que cumpre pena em regime aberto. O mecanismo – tornozeleira ou pulseira – indica a distância, o horário e a localização de seu usuário e outras informações úteis à fiscalização judicial. A medida altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) e pode ser adotada por decisão do juiz. O projeto vai agora à sanção presidencial.

A proposta é do senador Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI da Pedofilia. O relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Demostenes Torres (DEM-GO), informou que diversos estados brasileiros já fizeram testes com a pulseira eletrônica e aguardam a aprovação da lei para implantar o sistema.

O dispositivo, disse Demostenes, viabiliza a concessão de benefícios penais aos condenados, como é o caso dos regimes aberto e semiaberto ou a progressão

para esses regimes, o livramento condicional, a suspensão condicional de pena, saídas temporárias no regime semiaberto e pode ser utilizado até mesmo no regime fechado, quando o juiz da execução penal entender necessário. O condenado terá que fornecer o endereço da família a ser visitada e onde poderá ser encontrado enquanto estiver usufruindo o benefício. À noite, terá que se recolher à residência da família visitada e não poderá frequentar bares e casas noturnas.



A senadora Fátima Cleide presidiu o debate solicitado por Rosalba Ciarlini

## Para senadores, analfabetismo é violação de direitos humanos

A erradicação do analfabetismo deve ser uma tarefa de toda a sociedade. Essa foi a opinião consensual dos senadores que participaram ontem de audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O debate, sobre o analfabetismo como agressão aos direitos humanos, foi proposto pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

A senadora lembrou que, quando atuava como médica, precisava instruir as mães analfabetas a dar remédios para seus filhos ao amanhecer e antes de dormir, pois elas não sabiam ler a receita.

– A erradicação do analfabetismo deve ser uma luta de toda a sociedade e pode incluir a ação solidária dos jovens.

Como expositor, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) enumerou situações em que a impossibilidade de ler coloca em risco os direitos humanos dos analfabetos. Entre elas, a de uma mãe que não pode ler

a carta do filho, a de doentes que não conseguem saber que remédio estão tomando e a de desempregados que não podem ler as ofertas de emprego em um jornal.

– É lamentável que, depois de 16 anos de governos de presidentes progressistas, continuemos tendo mais ou menos o mesmo número de analfabetos adultos de 20 anos atrás.

O professor Erasto Fortes Mendonça, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, observou que o direito à educação de jovens e adultos está “plenamente assegurado” pela Constituição.

Presidido pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), o debate contou ainda com a participação dos presidentes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Carlos Eduardo Sanches, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Roberto Franklin de Leão.



Magno Malta (D, ao lado de Tuma) diz que, se necessário, será feita acareação

## CPI vai ouvir os jovens vítimas de padre em Franca

A CPI da Pedofilia aprovou a convocação dos jovens que teriam sido vítimas de abuso pelo padre José Afonso Dé, de Franca (SP). O suspeito foi convidado no último dia 28. Também foi aprovada a realização de acareação entre o suspeito e as vítimas, “caso exista necessidade”, adiantou o presidente da comissão, senador Magno Malta (PR-ES). Integrantes da CPI devem seguir para Franca, provavelmente dentro de 20 dias, para tomar os depoimentos – inclusive dos pais dos jovens.

O padre foi denunciado pelo Ministério Público no mês passado sob a acusação de molestar oito coroinhas e ex-seminaristas em Franca e em uma cidade do interior de Minas Gerais.

## Projeto agiliza investigação sobre pedofilia na internet

As empresas de internet poderão ser obrigadas a manter dados de usuários por até três anos e a fornecer, em no máximo três dias, as informações quando solicitadas pelas autoridades judiciais e policiais. A medida consta de projeto aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), que agora será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O PLS 494/08 determina a criação de uma lei específica para disciplinar prazos e meios de preservação de dados mantidos por provedores de internet, visando a posterior uso em investigação de crimes praticados contra menores. O projeto, proposto pela CPI da Pedofilia, estabelece que os fornecedores de serviços de

telecomunicações e de acesso à internet deverão manter os dados cadastrais dos usuários e os de conexão por três anos, sob pena, até mesmo, de suspensão definitiva de suas atividades.

Esses dados, sempre solicitados a partir de uma ordem judicial, devem ser entregues à polícia em no máximo duas horas, se houver risco iminente à vida; em até 12 horas, se esse risco não for iminente; e em até três dias, nos demais casos. Tais limites poderão ser dobrados ou triplicados se, por exemplo, o volume de dados solicitados for muito elevado.

O presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), frisou que a proposta pretende tornar a internet um lugar seguro para todos.

## Diretor da Abin nega pressão sobre juiz de Altamira

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência ouviu ontem Wilson Roberto Trezza, diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), em depoimento reservado. Trezza comentou as atividades da instituição e defendeu a aprovação de projeto que cria a Política Nacional de Inteligência, disse o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), relator da proposta.

Trezza também negou ter havido qualquer pressão por

parte de agentes da Abin sobre o juiz Antonio Carlos Almeida Campelo, de Altamira, no Pará, que suspendeu o leilão para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte naquele estado. Segundo denúncias, agentes da Abin teriam procurado Campelo pedindo informações sobre sua decisão. De acordo com Trezza, houve “um acompanhamento normal” e o servidor da agência teria se identificado, o que não configuraria pressão. O presidente da Abin comentou ainda



Wilson Trezza informou parlamentares em depoimento reservado

assuntos correlatos à segurança nacional, disse Azeredo.

## Esterilização de cães e gatos volta ao Plenário

O projeto de lei que institui uma política nacional de controle de natalidade para cães e gatos domésticos – ou seja, que prevê um programa de esterilização desses animais – retornará ao Plenário do Senado para votação. A volta foi possível após a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovar ontem uma emenda que amplia os métodos de esterilização.

Essa emenda foi apresentada em Plenário por Sérgio Zambiasi (PTB-RS), depois de o projeto ter sido aprovado em três comissões do Senado.

## Proposta amplia papel de estados na gestão ambiental

A CCJ aprovou substitutivo de Kátia Abreu (DEM-TO) a proposta para regulamentação da competência da União, estados, Distrito Federal e municípios quanto a proteção, uso e conservação dos recursos naturais. O projeto (PLC 1/10 – Complementar) segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Segundo a relatora, o projeto ajuda a efetivar o exercício da competência comum da União e dos entes federativos estabelecida pela Constituição para proteção do meio ambiente.

## Aprovado registro gratuito para nome paterno

As alterações em registros de nascimento feitos em decorrência de acordos extrajudiciais para o reconhecimento da paternidade devem ficar isentas da cobrança de taxas pelos cartórios de registro civil. Sugerido no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 123/05, o benefício foi aprovado pela CCJ ontem. A proposta precisa ainda passar pelo Plenário para entrar em vigor.

Segundo o relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), existe um significativo volume de subnotificações do nome paterno nas certidões de nascimento.

## Mudanças na Lei Pelé são adiadas para quarta-feira

A pedido do relator do projeto que modifica a Lei Pelé, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que pretende alterar seu parecer, o presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), decidiu ontem adiar para a próxima quarta-feira, às 11h30, a votação do PLC 9/10.

A votação da proposta será terminativa, numa sessão conjunta das comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação e Esporte (CE).